

O MST E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DEMOCRÁTICO NO MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

RODRIGUES, Cláudio Cezar Cabreira¹;
SANTOS, Leandro Marques dos²;
ALMEIDA, Junior Rosa de³;
MELLO, Ulisses Pereira de⁴

RESUMO

Frente à crescente necessidade do empoderamento dos agricultores camponeses nos processos de tomada de decisão, o presente trabalho apresenta uma análise e diagnóstico sobre o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a suas contribuições para o processo democrático no meio rural do município de São Borja, Rio Grande do Sul Brasil, tendo como base o assentamento Cambuxim. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo, através de um estudo de caso, abordando os fatos sobre uma ótica dialética contribuindo para uma compreensão integrada do meio rural e da participação do movimento no processo democrático. Desta forma, concluiu-se que o assentamento Cambuxim atua como um importante elemento para processo democrático no município, pois possui uma estrutura de participação que facilita o envolvimento de toda a comunidade assentada, quanto à decisão dos rumos do assentamento. Notou-se também que a participação das mulheres propicia a

¹ Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial- pela –Universidade Estadual do Rio Grande do Sul- Campus São Borja-Brasil -Maestrando en Políticas Sociales pela Universidad Nacional de Misiones, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – (UNAM), Campus- Posadas – República Argentina - Pós-Graduando em Agricultura Familiar Camponesa e Educação no Campo-(Residência Agrária)- pela Universidade Federal de Santa Maria-(UFSM),Campus Santa Maria,Rio Grande do Sul-Brasil. [Email-claudiocado@yahoo.com.br](mailto:claudiocado@yahoo.com.br). Telefone contato cel.:(55)91378227.

² Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial- pela –Universidade Estadual do Rio Grande do Sul- Campus São Borja-Brasil -Maestrando en Políticas Sociales pela Universidad Nacional de Misiones, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – (UNAM), Campus- Posadas – República Argentina. Email – soma.leandro@terra.com.br. Telefone para contato cel: (54) 96284260.

³ Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial- pela –Universidade Estadual do Rio Grande do Sul- Campus São Borja-Brasil -Maestrando en Políticas Sociales pela Universidad Nacional de Misiones, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – (UNAM), Campus- Posadas – República Argentina. Email – junior.rosa.de.almeida@camera.ind.br. Telefone para contato cel: (55) 99767446.

⁴ Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil. Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Pós-Graduado (Aperfeiçoamento) em Agroecologia pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e RedCapa. Pós-Graduado (Especialização) em Gestão de Programas de Reforma Agrária e Assentamentos pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Minas Gerais, Brasil. Pós-Graduado (Master) em Agroecologia pela Universidade Internacional de Andalucía (UNIA), Baeza, Espanha. Endereço Eletrônico: ulissespereirademello@gmail.com Telefone: (51) 9639-6818.

mudança de visão adotada na região, na qual estas ocupam um papel secundário, pois há um espaço de discussão no qual elas são vistas sob forma de igualdade frente à família e ao coletivo.

Palavras chave: Empoderamento, ótica dialética, tomada de decisão.

INTRODUÇÃO

O processo de modernização do campo, operacionalizado através da Revolução Verde que teve seus principais reflexos no meio rural brasileira em meados a década de 70, fez com que houvesse uma desvalorização dos conhecimentos locais. Com isto os técnicos a serviço deste modelo passaram a ser os responsáveis pela tomada de decisão, influenciando fortemente os agricultores a inserirem-se em um modelo completamente desconhecido.

Esta nova postura de ver o meio rural e o papel dos agricultores levou, segundo Freire (2002), em muitos casos há persuasão por parte do técnico para os camponeses aceitem propagandas “domesticadoras”. Isto ocasionou uma redução da participação dos camponeses nas decisões sobre os rumos do espaço rural, aliado a uma destruição das relações sócio-políticas locais.

Nota-se, portanto, uma necessidade cada vez maior da retomada do empoderamento dos agricultores camponeses quanto à decisão dos rumos de suas comunidades. Isto por que, dentro das propostas de desenvolvimento rural na quais os envolvidos são considerados e consideram-se atores sociais, a democratização do processo de tomada de decisão constitui um dos pilares, pois é este que tornará os atores envolvidos em agentes do desenvolvimento (FUNDEP, 1994).

Neste sentido, verificou-se a necessidade de realizar um diagnóstico sobre o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e suas contribuições para o processo democrático no meio rural do município de São Borja, tendo como base o assentamento Cambuxim. Para tanto, pretende-se identificar como se dá a organização sócio-política do assentamento, avaliando também o papel da mulher neste contexto.

METODOLOGIA

O local de estudo

O trabalho foi realizado no município de São Borja, localizado na Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, possui uma área de 3.616 km² e uma população de 64.803 habitantes, o que apresenta uma densidade demográfica de 17,9 hab/km². Sua taxa de urbanização fica em torno de 90,5%.

No entanto a análise separada desses números demonstra que 58.628 pessoas morando em 71Km² e um total de 6.174 pessoas em uma área de 3.545 km². Com esses dados é possível redimensionar os números apresentados acima, no qual se tem na área urbana um total de 825,75h/km², já na área rural há um total de 1,74h/km², o que nos dá um imenso vazio demográfico devido à concentração fundiária por parte dos “senhores da terra” (FEE, 2005).

O assentamento Cambuxim, por sua vez, está situado no município de São Borja/RS na localidade de São Miguel – Distrito de Samburá, distante 43 km da sede do município, tem como vias de acesso estradas vicinais municipais em regular estado de conservação, péssima em alguns trechos. Sua área total é de aproximadamente 600 há, sendo que o tamanho médio dos lotes é de 20 há. Possui 30 famílias assentadas, totalizando 96 pessoas. Sua data de instalação é 11 de novembro de 1998.

Os métodos utilizados

Para atingir os objetivos pretendidos, realizou-se uma pesquisa de campo, através de um estudo de caso. Também se utilizou uma ótica dialética para uma compreensão integrada do meio rural e da participação do movimento no processo democrático.

Nos métodos aplicados, primeiramente foi realizada uma análise global, buscando trabalhos já existentes sobre o assunto a fim de ter uma visão inicial sobre o tema estudado, conforme Garcia Filho (1999).

Posteriormente foi elaborado um questionário abordando questões à amostragem de 20% das famílias dos assentados, buscando informações acerca das relações internas no assentamento, e das formas de organização coletiva. Feito isso se realizou um segundo questionário buscando informações mais específicas sobre as formas de organização das famílias e do assentamento como um todo.

O próximo passo foi a sistematização e a análise, a partir do qual foi elaborado o relatório final, no entanto, antes do seu fechamento, houve a devolução do relatório preliminar para a comunidade estudada, a fim de discutir os resultados alcançados, sendo que os encaminhamentos sobre a pesquisa, foram adicionados ao trabalho. Este mecanismo tem por princípio, empoderar a comunidade, munindo-a de um material que possibilite o conhecimento e compreensão de sua realidade, elaborado, em parte, por alguém de fora (EMATER/RS, 2001).

No decorrer do trabalho também foi utilizada a técnica da observação participante proposta por Haguette (2005), na qual os dados são recolhidos a partir da participação do investigador na vida da comunidade, adotando o papel de “observador passivo”, onde o investigador não interfere no cotidiano da comunidade. Este método contribui com a investigação, uma vez que possibilita ao investigador conhecer de perto a realidade em que o seu foco de estudo se encontra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises reducionistas tendem a considerar o produtor como agente econômico restrito, ou como mero perseguidor de sua sobrevivência física e social. Por este motivo, faz-se necessária uma análise dos assentados enquanto agentes sociais, verificando as suas contribuições ao coletivo do assentamento, bem como sua participação ou relação a outras comunidades rurais e com os poderes públicos.

Neste sentido a dimensão política da sustentabilidade que, segundo Caporal & Costabeber (2004), diz respeito ao empoderamento dos agricultores e das comunidades rurais, nos ajuda a construir um conjunto de análises que possibilita captar estas contribuições. A aplicação prática destes mecanismos no objeto de estudo leva a uma compreensão do assentamento e dos assentados enquanto agentes sócio-políticos. Sendo que para isso, é necessária a construção de espaços comunitários que propiciem a discussão coletiva de projetos e favoreçam a interação com a sociedade.

As organizações rurais de São Borja

A organização política no meio rural de São Borja caracteriza-se pela existência, bem definida, de dois sindicatos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o Sindicato Rural (SR). No primeiro estão inseridos os trabalhadores rurais, bem como os pequenos produtores,

já no segundo está predominantemente a classe patronal. Isso demonstra a clara hierarquização que existe no meio rural do município, espelhado na representação de dois grupos antagônicos, através dos sindicatos.

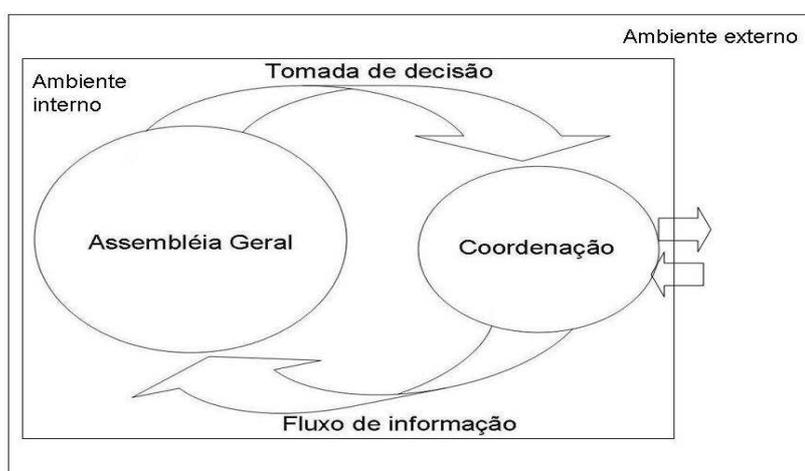
O sindicato rural está voltado para a organização dos produtores que estão inseridos em um modelo agroexportador, das chamadas “grandes culturas”, principalmente arroz e soja, e da pecuária. Como os pequenos não participam deste setor, visão ideológica adotada pelos grandes, devem inserir-se em outro sindicato.

O ponto positivo desta divisão é a possibilidade da criação de uma pauta própria de reivindicações, pois em muitos casos esses dois setores possuem interesses divergentes. No entanto, não são notadas ações neste sentido no STR, o que se reflete em uma participação muito abaixo da capacidade dos pequenos produtores nas discussões de caráter institucional, via sindicato, com os demais atores do município.

A organização do assentamento Cambuxim.

A organização política do assentamento está estruturada através de uma coordenação eleita que os representa, tanto interna quanto externamente. Além dessa coordenação, que possui uma participação mais ativa, há a organização dos assentados em assembléia geral, que esta acima da própria coordenação, servindo como mecanismo de decisão coletiva, com base nas informações fornecidas pela coordenação. Pode-se visualizar melhor o processo de participação a partir da análise da figura 1.

Figura 1: Fluxo de tomada de decisão no assentamento



Fonte: elaboração própria a partir de dados de campo

O fluxo do quadro acima demonstra a capacidade de inserção que este modelo possui, pois faz dos participantes atores no processo de tomada de decisão. Esta participação constitui

em um exercício para a democracia no movimento, uma vez que é composta de forma horizontal, muito diferente das estruturas verticais encontradas na maioria das organizações do meio rural do município.

Na participação dos assentados nos espaços criados internamente, nota-se uma boa relação destes frente aos processos coletivos de tomada de decisão. No entanto, este processo pode ser melhorado a partir do incentivo a alguns assentados que possuem pouca participação em relação aos demais. Isto poderia ser feito através da criação de mecanismos que incentivassem a inserção destes atores.

O diálogo com as comunidades rurais vizinhas, bem como com a sociedade como um todo, encontra-se fragilizado. Isto porque não existem, de modo geral, relações sólidas. No entanto, destaca-se a integração com a comunidade vizinha de São Miguel, na qual o assentamento possui uma relação mais estreita.

A interação entre estes atores poderia ser consolidada através de ações concretas, buscando temas comuns às comunidades, integrando-as na busca de sua solução. Um fator positivo é que esta necessidade já foi identificada pelos assentados, o que remete a expectativas futuras positivas, uma vez que há uma intenção, e também uma comunidade com grandes possibilidades de se iniciar este trabalho. Este processo se daria através da identificação de gargalos comuns, alcançando um peso político maior para a sua solução, bem como fortalecendo as relações entre os atores envolvidos.

O posicionamento do assentamento frente aos poderes locais é feito através de representações internas organizadas para tal. Isso se dá através da discussão do problema ou proposta em assembléia geral, a partir da qual são retirados encaminhamentos e feita à escolha daqueles que teriam as melhores condições para realizar as propostas coletivas. Porém, há a falta de uma coordenação a nível municipal que integre os quatro assentamentos e o acampamento existente, o que daria um maior peso institucional a estes. Nota-se aqui a participação ativa desses atores dos processos sociais, contribuindo para a descentralização de poder (SPAROVEK, 2001).

O papel do Gênero Feminino

Em uma sociedade com bases machistas, que mantém o poder nas mãos dos homens e assim a participação da mulher no meio rural, por muitas vezes é prejudicada. Isto interfere negativamente no desenvolvimento desta atora social que possui um papel fundamental, principalmente na reorientação dos padrões sociais atuais.

Neste sentido, a participação das mulheres no assentamento, se faz necessária para a construção de uma proposta de desenvolvimento político embasada no empoderamento das comunidades. Sendo assim, verifica-se aqui qual é o verdadeiro papel do gênero feminino no assentamento estudado, tanto no coletivo dos assentados, quanto nas famílias.

De acordo com os dados levantados, nas questões de gênero, nota-se uma liberdade e respeito pela participação das mulheres no processo de tomada de decisão. Porém, essa participação ainda é pequena, se comparada com o potencial participativo das mulheres. Percebe-se também que algumas ainda não sabem da importância do seu papel dentro do lote em relação às decisões, principalmente sobre a produção.

Os principais motivos apontados estão por conta da falta de interesse de algumas delas, aliado ao pouco incentivo dado pelos homens do assentamento. Sente-se aqui a necessidade de uma discussão por parte das mulheres sobre a questão do poder. Essa discussão contribuiria para o embasamento das ações concretas das mulheres, revertendo assim este quadro através da busca por uma inserção maior nas assembléias e reuniões evitando o isolamento, principalmente quando forem assuntos que digam respeito aos rumos que o assentamento deve tomar.

Uma dessas ações para melhorar a contribuição feminina poderia ser, através da reativação do setor de gênero feminino, adotando mecanismos que inserissem as mulheres em uma discussão dos problemas e limitações de atuação. Outra seria a inserção das mulheres na coordenação do assentamento, através de uma proposta defendendo uma participação mínima das mulheres nas coordenações que inicialmente seria de 30% aumentando progressivamente, pois em outras organizações esta prática já é adotada e possui bons resultados.

CONCLUSÕES

Os dados analisados permitem a conclusão de que o assentamento Cambuxim, vinculado ao MST atua como um importante elemento para processo democrático no município de São Borja. Isto por que possui uma estrutura de participação que propicia o envolvimento de toda a comunidade assentada, quanto à decisão dos rumos do assentamento.

Notou-se também que a participação das mulheres nesta estrutura e propicia a mudança de visão adotada na região, baseada em uma proposta machista, na qual estas ocupam um papel secundário. Isto por que há um espaço de discussão no qual elas são vistas de acordo com o verdadeiro papel que ocupam, ou seja, o de igualdade frente à família e ao coletivo.

Estes dois pontos citados se dão principalmente pela forma de tomada de decisão interna do assentamento, que adota uma estrutura horizontal, na qual há a necessidade da participação de todos para um bom andamento. Cientes disto, os assentados vêm neste espaço um local para o exercício democrático e posicionamento crítico frente à realidade que lhes é apresentada.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio: **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

EMATER/RS. **Sustentabilidade e Cidadania: Sub-Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – Enfoque Agroecológico – Fichas Pedagógicas**. Porto Alegre, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FUNDEP. **Coragem de educar: Uma proposta de educação popular para o meio rural**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (UTH/BRA/051/BRA): Brasília – Distrito Federal, 1999.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 10. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. Projeto de cooperação técnica MDA/FAO. São Paulo: Páginas e Letras Editoras e Gráficas, 2003.

SITES CONSULTADOS:

FEE. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <<http://www.fee.tche.org.br>> acesso em 16 out. 2006

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=p&o=2&i=P>> acesso em 10 out. 2006.